

VIVENDO E FAZENDO A REVOLUÇÃO: OS *MEDIA* NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO EM CURSO (1974-1975)¹

Maria Inácia Rezola

Universidade Nova de Lisboa (ESCS-IPL e Instituto de
História Contemporânea (IHC)/NOVA FCSH)

RESUMO

Em Portugal, o Golpe Militar de 25 de Abril de 1974 põe fim a mais de quatro décadas de ditadura (1926-1974) e inaugura um processo de transição revolucionário que apenas se encerra com a aprovação do novo texto constitucional a 2 de abril de 1976. Neste artigo propomo-nos analisar as

1 Investigação desenvolvida no âmbito do projecto Para uma História do Jornalismo em Portugal, Ref^a: PTDC/COM-JOR/28144/2017, com Financiamento FCT.

transformações que, nesse período, se operam no campo dos *media*, centrando a nossa atenção nas purgas políticas (*saneamentos*) desencadeadas em diferentes meios – reflexo de um processo mais amplo de ajuste de contas com o passado e da luta revolucionária, os saneamentos nos *media* deixam patente a sua importância e papel central na definição do novo regime a instituir. Para tal, socorremo-nos de estudos por nós anteriormente desenvolvidos sobre os processos de saneamento na RTP e na *Emissora Nacional* (televisão e rádio públicas), assim como em autores de referência como Mário Mesquita ou João Figueira que centram a sua atenção no domínio da imprensa escrita.

PALAVRAS-CHAVE: História dos *media*. Revolução portuguesa de 1974-1975. Transição para a democracia. *Media* e política.

UM PAÍS EM REVOLUÇÃO

“Este número não foi visado pela comissão de censura”. A frase, ostentada com destaque na margem inferior da primeira página do jornal *República*, a 25 de abril de 1974, dá conta da mudança então em curso. Na madrugada desse dia, o Movimento dos Capitães desencadeou uma operação militar que, em menos de 24h, põe fim à longa ditadura portuguesa (1926-1974).

Apesar dos múltiplos sinais de que o seu fim era iminente, o colapso da ditadura foi súbito e paradoxal. O próprio

regime parece ter sido apanhado de surpresa, entregando-se, sem praticamente resistir, enquanto centenas de milhares de pessoas saem à rua para saudar o seu derrube. O golpe de Estado dera já lugar à Revolução.

Ao contrário do que sucede na maioria dos países que integram a *terceira vaga* de democratização, a mudança política em Portugal opera-se pela via revolucionária. As marcas de originalidade da transição portuguesa são múltiplas, destacando-se, desde logo, o papel nela desempenhado pelas Forças Armadas, ator central do processo político de 1974-1975. Paralelamente cabe salientar que em Portugal a democracia não se desenvolveu a partir do planeamento ou da realização de pactos por parte das elites e que a rapidez com que os jovens capitães executam a “Operação fim-regime” *não se traduz na imediata instauração de uma democracia*. A definição do novo regime ocorre no meio de lutas que, a partir do verão de 1975, quase conduziram o país a uma guerra civil. Assiste-se a um colapso da autoridade do Estado, a uma rutura do sistema e ao desencadeamento de um processo revolucionário de quase dois anos.

O debate em torno da natureza do 25 de Abril está, de certa forma, superado sendo relativamente consensual a ideia de que se trata de um golpe militar que o povo nas ruas transformou em Revolução. Existe também um acordo quanto à existência de três

fases centrais no processo. A primeira, que coincide com os meses de maio a setembro de 1974, é dominada pelo confronto entre o Presidente da República, António de Spínola², e a Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (MFA)³. Ainda que em causa estivesse um projeto político mais amplo e a forma como se deveria processar a transição, o cerne da disputa travar-se em torno da questão colonial. Em outubro de 1974, na sequência do afastamento de Spínola, inaugura-se um novo momento político. Estando já decidida a descolonização, novos temas dominam a ordem do dia, destacando-se a institucionalização do MFA (de maneira a que lhe fosse assegurado um lugar no aparelho de Estado), a realização de eleições, a elaboração de um Programa de Política Económica e Social (PPES) e a questão da *unicidade sindical*⁴. Finalmente, fracassada uma nova tentativa de golpe

2 António Sebastião Ribeiro de Spínola (1910-1996), oficial do Exército português, foi comandante-chefe e governador da Guiné (1968-1973), vice-chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (janeiro-março de 1974), é o primeiro Presidente da República do pós 25 de Abril (15 de maio – 30 de setembro de 1974).

3 Órgão diretivo do Movimento dos Capitães e, depois, do MFA, constituído em outubro de 1973. Depois do 25 de Abril de 1974 adota a designação de Comissão Coordenadora do Programa do MFA, ganhando expressão legal com a integração dos seus membros no Conselho de Estado, em maio de 1974.

4 Termo cunhado por Francisco Salgado Zenha, no âmbito da polémica gerada pelo projeto de lei das associações sindicais, apresentado pelo sub-secretário de estado do trabalho (o dirigente comunista Carlos Carvalhas), que favorecia a existência de uma central sindical única, imposta por lei. A polémica acaba por dar lugar aos primeiros atritos sérios entre o PS e o PCP, deixando antever os confrontos que percorrem o país no “Verão Quente” de 1975.

de Estado, protagonizada por Spínola, a 11 de março de 1975⁵ a revolução acelera-se. O poder militar institucionaliza-se, através da criação do Conselho da Revolução (CR), são decretadas as nacionalizações da Banca e das companhias de seguros e dão-se os primeiros passos para a reforma agrária. É no decurso desta terceira e última fase da Revolução, que culmina no 25 de Novembro de 1975⁶, que todas as posições se radicalizam, parecendo precipitar o país para uma guerra civil.⁷

As profundas transformações que ocorrem em Portugal em 1974-1975 têm um amplo impacto no domínio dos *media*.

-
- 5 Tentativa de golpe de Estado, levado a cabo por sectores direitistas das Forças Armadas, que pretendia alterar o rumo do processo revolucionário português. Na manhã de 11 de março, atacam o Regimento de Artilharia Ligeira 1 (RAL 1), em Lisboa, procedem ao assalto ao emissor do *Rádio Clube Português*, no Porto Alto, e tentam a início de sublevação da GNR. Sem sucesso. António de Spínola e 18 oficiais implicados no golpe fogem de helicóptero para a Espanha.
- 6 O 25 de Novembro é um dos episódios mais nebulosos da revolução portuguesa. Segundo o líder comunista Álvaro Cunhal, o 25 de Novembro foi “um golpe militar contra-revolucionário” protagonizado por um “vastíssimo e heterogéneo leque de alianças” de “fascistas e variadas forças de direita”, tendo como objectivo “ilegalizar e reprimir violentamente” o PCP e a esquerda militar (CUNHAL, Álvaro. *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril: a contra-revolução confessa-se*. Lisboa, Avante, 1999, p. 211-2). A tese, que tem amplos apoios na esquerda militar e civil, é contestada pelos que interpretam o 25 de Novembro como um golpe de Estado, protagonizado pelo PCP e esquerda militar, tendo em vista ou uma alteração da correlação de forças no aparelho de Estado e militar ou a tomada do poder. Neste contexto, a ação dos moderados é entendida como uma resposta a essa tentativa de golpe de Estado.
- 7 Para mais detalhes sobre a luta política dos anos de 1974-1975 e sobre o papel dos militares na revolução ver Rezola (2007).

Recorde-se, a este respeito, que as operações militares de 25 de Abril são desencadeadas através de duas senhas radiofónicas e que, conscientes da sua importância estratégica, os golpistas colocam os *media* entre os pontos vitais a tomar no início das operações. Como observa Ferreira (1993, p. 24),

Se se estivesse a elaborar um ensaio sobre técnicas de golpe de Estado dir-se-ia que a Revolução de 25 de Abril começou pela apropriação dos meios de comunicação social, *Rádio Clube Português*, Emissora Nacional e RTP, logo às primeiras horas da madrugada desse dia.

Cabe também salientar que, a par da mobilização popular ocorrida no dia 25 de abril, a abolição da censura constitui um dos sinais mais evidentes da rutura revolucionária. A liberdade de expressão é de imediato reposta, como previsto no Programa dos Capitães. No entanto, depressa se instalam novas formas de controlo e manipulação dos meios de comunicação social (MESQUITA, 1994, p. 361) dado o desejo dos novos poderes em aceder à opinião pública. Entre as acusações de colaboracionismo e as purgas de administrações e de jornalistas, entre as comissões de trabalhadores e a nacionalização dos órgãos de informação, o certo é que a rádio, a televisão e os jornais se transformaram numa peça decisiva do processo revolucionário portugueses.

DAR VOZ À REVOLUÇÃO

Fundamental no desencadeamento das movimentações militares do 25 de Abril, a rádio participa intensa e diretamente na luta política de 1974-1975. A par do designado *caso Renascença*, que depois ilustraremos, a situação vivida na *Emissora Nacional* (EN) é paradigmática desta realidade.

A 28 de abril de 1974, a Junta de Salvação Nacional⁸ (JSN) nomeia uma Comissão Administrativa Militar (Adalberto Machado e Moura, José Maria de Azevedo e Delfim de Campos Moura) para dirigir a EN. Ainda que breve, é no seu mandato que se desencadeiam algumas das mais decisivas mudanças na emissora e se inaugura uma tendência de militarização dos cargos diretivos que se manterá durante todo o período revolucionário.

Atuando sob o signo do MFA, a prioridade da Comissão recai na orientação e grelha de programas. Rubricas como “A Voz do Ocidente”, “Rádio Rural” ou “Ginástica Matinal” são imediatamente suspensas dada a sua conotação com a ditadura. Paralelamente, inicia-se a reestruturação da empresa, em termos técnicos e humanos, de maneira a responder aos

8 Organismo político-militar, constituído por determinação do Programa do MFA, para tutelar a transição. Pensada para ser, juntamente com o Presidente da República, o órgão máximo de soberania até à entrada em vigor da nova Constituição, a JSN é extinta pela Lei 5/75, de 14 de março, que dá vida ao Conselho da Revolução.

“naturais anseios” dos seus profissionais de “construção de obra nova” (AH RTP/RDP, OS 13, 15/5/74).

A par da constituição de uma comissão técnica de apoio à reestruturação, é neste contexto que se cria uma Comissão Coordenadora de Programas que, dirigida por Álvaro Belo Marques, integra elementos com experiência na imprensa escrita (como Eugénio Alves ou José Jorge Letria) e na rádio (como Nuno Martins ou Carlos Albino). A antiga estrutura vertical e fortemente hierarquizada (presidente, direção, subdireções), dá lugar a uma estrutura horizontal de cinco serviços (programas e planificação; criativos; informativos; realização; de apoio) encimada apenas pela Direção de Programa. Através dessa nova estruturação pretendia-se promover uma “emissora aberta e atenta às diversas correntes de opinião e às necessidades de esclarecimento do conjunto da população do país, em correto equilíbrio” (AH RTP/RDP, OS 25, 23/5/74). Um projeto complexo que será continuado pela Direção de José Guilherme Calvão Borges que, em finais de maio, substitui a Comissão Administrativa.

A reorganização da EN passa ainda pelo afastamento de pessoas comprometidas com o anterior regime. Com um quadro de pessoal de cerca de 800 funcionários, as suspensões efetuadas no primeiro mês são significativas, afetando cerca de 9% do pessoal (quadros dirigentes e de chefia; corpo de

correspondentes no estrangeiro; outros órgãos e gabinetes) (REZOLA, 2017; SANTOS, 2017).

Os saneamentos são especialmente amplos na EN dado que à fase inicial de afastamento de elementos tidos como afetos à Ditadura, se segue uma mais vasta, reflexo da luta entre diferentes propostas políticas que progressivamente dominam o país.

Se, desde o início, o mandato de Calvão Borges (maio de 1974-julho de 1975) foi difícil, a radicalização da revolução (na sequência da intentona do 11 de março e das eleições para a Assembleia Constituinte de abril de 1975),⁹ gera uma situação insustentável. Criada em meados de setembro de 1974, a Comissão Interna de Inquérito para Saneamento e Reclassificação (CIISR) é alvo de sucessivos ataques. A contestação inicia-se no interior da emissora com exigências de purgas mais profundas. Lidera o processo a organização de esquerda radical Liga de Unidade e Ação Revolucionária (LUAR). No campo oposto, os trabalhadores socialistas denunciam uma escalada de “grupos de pseudo-revolucionários” em curso na empresa (*Portugal Socialista*, 14/5/75). Em finais de maio, a hipótese da EN ser controlada pelos trabalhadores é ventilada.

9 Primeiras eleições livres em Portugal, realizadas a 25 de abril de 1975.

Este ambiente explosivo, que culmina na demissão de Calvão Borges, não é exclusivo da EN. A partir da primavera de 1975, os *media* agitam-se, com os casos República e Renascença e o crescente conflito em empresas como a RTP, *Rádio Clube Português* (RCP) e *Século*. A dissolução da coligação que sustentava o IV Governo Provisório dá conta da crise política que afeta o país e o próprio poder militar (Cf. REZOLA, 2007).

Dispondo de uma estreita ligação à *entourage* de Vasco Gonçalves,¹⁰ a direção de Manuel Bouza Serrano (julho-setembro de 1975) é breve e atribulada, não resistindo à queda do primeiro-ministro e à constituição do VI Governo Provisório. As denúncias de que a EN estaria dominada pelo PCP e pela 5ª Divisão,¹¹ fazendo parte de uma estratégia de controlo dos *media*, sucedem-se. O pretexto para o seu afastamento, por intervenção

10 Militar do Exército português, integra o Movimento dos Capitães em dezembro de 1973, vindo a fazer parte da Comissão de Redação do Programa do Movimento das Forças Armadas. Depois do 25 de Abril de 1974, integra a Comissão Coordenadora do MFA e o Conselho de Estado. Primeiro-Ministro de quatro dos seis governos provisórios do período revolucionário (II, III, IV e V Governos Provisórios), é tido como pertencente ao grupo dos militares próximos do PCP. Afastado do governo no final do Verão de 1975, acaba por perder toda a sua influência na sequência dos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975.

11 A 5ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas é criada no mesmo dia em que toma posse o II Governo Provisório (18 de julho de 1974), como resposta à necessidade sentida pela Coordenadora do MFA de levar a cabo uma campanha militar de esclarecimento para difundir e propagandar o seu ideário. Ou seja, na prática, funcionaria como um gabinete de “relações públicas” do MFA.

direta do ministro Almeida Santos,¹² é a decisão dos trabalhadores de não acatar a ordem de ocupação das estações de rádio e de televisão determinada, por Pinheiro de Azevedo, na sequência do assalto à embaixada de Espanha (27 de setembro).

A entrada em funções de João Figueiredo (30 de setembro) parece, no entanto, não pacificar a situação. Os problemas sucedem-se com a ocupação do Emissor Regional da Madeira e os constantes confrontos com o pessoal de Lisboa. A divisão dos trabalhadores agrava-se. De um lado, a célula do PCP, denunciando estar em curso um saneamento à esquerda. Rebatendo esta posição, a comissão de trabalhadores revela publicamente o seu apoio ao VI Governo Provisório.

É neste ambiente que chegamos ao 25 de Novembro, dia em que a EN é ocupada por forças da Polícia Militar e do COPCON.¹³ Os seus apelos à revolução, em nome do poder

12 Ministro da Coordenação Interterritorial dos I, II, III e IV Governos Provisórios, ministro da Comunicação Social do VI Governo Provisório e Ministro da Justiça do I Governo Constitucional. Distinguiu-se nos anos de 1974-1975 como uma das principais figuras do processo de descolonização, a par de Mário Soares e Melo Antunes.

13 O Comando Operacional do Continente (COPCON) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 310/74, de 8 de Julho, para ajudar a “criar condições para que as Forças Armadas possam garantir o cumprimento dos Objetivos do seu Programa”. Tinha como principais missões intervir diretamente na manutenção da ordem pública e garantir a salvaguarda das pessoas e bens. Ou seja, era concebido como o “braço armado da revolução”. Era constituído por elementos de elite dos três ramos das Forças Armadas: fuzileiros, paraquedistas e comandos.

popular, são rapidamente neutralizados com a passagem da emissão para o Porto. A revolução chegara ao fim. A 3 de dezembro, o governo anuncia a sua decisão de nacionalizar todas as estações de rádio. 42 funcionários da EN são imediatamente suspensos por alegada implicação no 25 de Novembro. Outros serão suspensos dias depois. A emissora “do povo”, e “para o povo”, volta a ser uma voz ordeira num país que dá os últimos passos para a normalização democrática.

Também a *Rádio Renascença* (RR), propriedade do Patriarcado de Lisboa e da Conferência Episcopal Portuguesa, foi palco de episódios de grande dramatismo que culminam, a 7 de novembro de 1975, na destruição à bomba dos seus emissores da Buraca (ocupada por funcionários e apoiantes do “poder popular”) (cf. RIBEIRO, 2002).

Passavam poucos dias do 25 de Abril quando, pela primeira vez, os noticiaristas da RR entram em greve, depois de proibidos de transmitir as reportagens da chegada a Lisboa de Mário Soares e Álvaro Cunhal. Em maio, um novo confronto: perante a exigência de autogestão dos trabalhadores, o Conselho de Gerência pede a intervenção da JSN. A ocupação militar das instalações da RR acalma temporariamente os ânimos até que se alcance um acordo (julho).

O conflito reacende-se em setembro, de forma mais virulenta. Em causa estão diferentes perspetivas quanto aos critérios

de orientação da programação e de admissão/despedimento de pessoal. O fosso entre o Conselho de Gerência (apoiado pela Conferência Episcopal) e a Comissão de Trabalhadores alarga-se, traduzindo-se em ocupações e greves sucessivas. A mais longa durou de 19 de fevereiro a 11 de março de 1975, data em que os trabalhadores põem a estação a funcionar a pedido das autoridades militares. A ameaça de rutura leva o governo a intervir sem que seja possível encontrar uma plataforma de entendimento. Em fins de maio, poucos dias após o início do “caso da República”, e na sequência de uma nova ocupação dos estúdios de Lisboa e do centro da Buraca, a rutura consuma-se: apoiados em organizações partidárias e sindicais, um grupo de trabalhadores passa a dirigir a estação que agora se diz “ao serviço dos trabalhadores”.

Apresentado pelos trabalhadores como um problema laboral e pela Gerência como um conflito político-ideológico, o caso polariza a opinião pública nacional e internacional.

A 7 de junho, numa conferência de Imprensa no Patriarcado de Lisboa, o Conselho de Gerência denuncia a passividade das autoridades, apresentando o problema da RR como um atentado a uma Igreja livre. Sob o espectro de uma nova “questão religiosa”, a Igreja abandona a prudência que caracterizara até então a sua atuação, denunciado a fraqueza do poder político-militar e o perigo de um “totalitarismo indesejável”

(FERREIRA, 1993, p. 263). Depois da hesitante intervenção do COPCON nos incidentes ocorridos no Patriarcado (18 de junho), a situação extrema-se quando o Conselho da Revolução anula a decisão governamental de devolver a RR à Igreja (1 de julho). A forte crise que se acomoda, patente na mobilização dos católicos e no seu envolvimento na frente anti-gonçalvista liderada pelo PS, no “verão quente”, apenas se superará quando, a 28 de dezembro de 1975, a emissora é restituída à sua proprietária.

POR UMA TELEVISÃO DO POVO

Considerada por Mesquita (1988, p. 85-113) como o “nó górdio” do sistema de comunicação social português, a RTP é mais um caso paradigmático de como os *media* viveram a Revolução. Não se limitando a ser um espelho das convulsões que atravessam o país, a televisão está presente e participa nos acontecimentos desde que, na noite de 25 de Abril, revela o rosto dos homens que integram a JSN.

Poderoso aparelho de propaganda da ditadura (CÁDIMA, 1996), a televisão sofre profundas mudanças. Desde logo, no que diz respeito aos conteúdos e orientação. A Revolução impõe um “novo tempo televisivo” que privilegia

os debates, as mesas redondas [...] com a participação de intelectuais, militares e líderes políticos; as reportagens de rua; os programas culturais e as entrevistas [...]; e as rubricas pedagógicas onde se ensinava os telespectadores, por exemplo, a reunirem em assembleia (REIS, 2008, p. 343).

Com a busca de um mapa-tipo que se coadunasse com as novas realidades do país, a estética e o discurso televisivo alteram-se dando lugar a uma programação televisiva revolucionária, a uma televisão “do povo” e “para o povo”.

Tal como noutros domínios dos *media*, a definição da nova televisão acompanha os desenvolvimentos do processo revolucionário. Se num primeiro momento se denota uma aposta numa televisão moderna e criativa, veículo de uma informação livre e plural e espaço de entretenimento, progressivamente, com a radicalização da luta política, esse projeto é questionado e emergem tentativas de o condicionar. Marcadamente ideológico e propagandístico, o *Programa do MFA* é um sinal desta realidade, integrando uma campanha mais ampla da 5ª Divisão de promoção da “aliança Povo-MFA”.

Estes anos são também férteis em mutações em termos de estrutura, funcionamento, direção e pessoal. As purgas políticas na RTP começam, imediatamente depois do derrube da ditadura, com o afastamento de Ramiro Valadão, presidente do Conselho de Administração da RTP desde abril de 1969, e a suspensão do

Conselho de Programas e do Gabinete de Exame e Classificação de Programas (AH-RTP – Comissão Administrativa da RTP/SARL, Ordem de Serviço 4/74, de 2 de Maio).

À demissão das principais chefias, segue-se uma depuração dos quadros conotados com o antigo regime. O processo provoca sucessivos confrontos entre trabalhadores mas também entre estes e a administração. As constantes mudanças no Conselho de Administração da RTP (oito, no espaço de dois anos) são um reflexo das perturbações do período. Num primeiro momento, a gestão é entregue ao Capitão Fernando Barbeitos que, na qualidade de delegado da JSN, assegura controlo de todas as atividades relacionadas com a informação pública. A situação regulariza-se quando, a 2 de maio, a JSN nomeia uma comissão administrativa militar para gerir a RTP (Conceição da Silva, Costa Brás e Duarte Ferreira). A experiência é curta uma vez que, por determinação do governo, a 25 de maio de 1974, esta comissão dá lugar a um Conselho de Administração civil: Manuel Belo (presidente) e António de Sousa Gomes. A substituição de Manuel Belo pelo coronel Casimiro Gomes, a 7 de agosto, assinala o regresso dos militares à direção da RTP, tendência que se manterá para além do período revolucionário.

Tido como homem de confiança de Spínola, Casimiro Gomes é afastado pouco depois da sua demissão da Presidência

da República. Curiosamente, o oficial que lhe sucede na Presidência, Ramalho Eanes, até então diretor de Programas, prestara serviço na Guiné durante os mandatos de Spínola como governador.

A Presidência de Eanes (28/10/74-11/3/75) é abruptamente interrompida na sequência do 11 de março. A complexidade do momento político, mas também a agitação que então percorre os quadros da empresa, torna espinhosa a missão de o substituir. Lobo de Oliveira permanece no cargo 6h, sendo substituído por João Figueiredo que, empossado a 13 de março, renuncia seis dias depois. O seu sucessor, José Emílio da Silva, permanece à frente da RTP poucos dias. A nomeação do tenente-coronel Valentino Tavares Galhardo, a 31 de março de 1975, abre um breve interregno nesta alucinante sequência de presidentes. No entanto, a 9 de setembro de 1975, num momento em que o clima político subia de tom, sob o espectro de um golpe de Estado, Galhardo pede a demissão. Ao major Pedroso Marques (14/10/75-1/9/76) caberá a administração da RTP num período particularmente conturbado, a gestão da crise político-militar do 25 de Novembro e, finalmente, a preparação da empresa para as novas realidades da normalização democrática.

Apesar da vertigem dos acontecimentos, é possível detetar tendências no que diz respeito às purgas políticas e lutas que

percorrem a empresa em 1974-1975. O primeiro momento (abril – agosto de 1974) caracteriza-se por um rápido saneamento que atinge essencialmente a administração e funcionários conotados com a ditadura. Esta intervenção, que resulta no afastamento de 50 funcionários, é a mais ampla de todo o período revolucionário. Afetando cerca de 4% dos quadros de pessoal da RTP, esta purga motiva as primeiras mobilizações dos trabalhadores. Nos inícios do verão de 1974, assiste-se a uma guerra de comunicados e abaixo-assinados que deixa patente divisões relativamente ao caminho a seguir.

Com Casimiro Gomes, o ritmo dos saneamentos abranda, tendência que se mantém no mandato de Ramalho Eanes. O ambiente é, no entanto, tumultuoso. A comissão de saneamento designada pela direção é alvo de forte contestação dos trabalhadores que exigem uma intervenção mais decisiva e participada. O braço de ferro com a Administração endurece-se.

O pedido de demissão de Eanes, na sequência das acusações que lhe foram tecidas na Assembleia do MFA na noite do 11 de março, abre uma grave crise na RTP. Como referimos, num espaço de três semanas são nomeados três Presidentes. O mandato de Tavares Galhardo (março – outubro de 1975) traduz-se na fase mais agitada. Inaugura-se sob os auspícios de uma mudança de estatuto da empresa, processo que culminará, em finais do ano, na nacionalização. No entanto, o ambiente

encontra-se visivelmente radicalizado. A divulgação a 16 de maio, nas páginas do *República*, de uma lista de funcionários a sanear é um sintoma da situação e o motor de novas e insanáveis divisões. Além da sua extensão (cerca de 60 nomes), em causa estavam os argumentos apresentados para fundamentar os afastamentos. Acusações duríssimas, frequentemente relativas à vida privada dos visados. Conhecido como o “Caso Veloso”, este episódio foi um dos mais polémicos e mediáticos do processo de saneamento na RTP (REZOLA, 2014, p. 43).

Manuel Jorge Veloso era membro da célula do PCP na RTP, organização particularmente ativa e influente. Divulgado em maio, o documento data de 24 de março, uma curiosa coincidência temporal com um manifesto da referida célula (“Por uma Televisão ao Serviço do Povo”) sobre a urgência de um saneamento revolucionário. No rescaldo do 11 de março, a revolução acelerava o seu passo também na RTP.

A célula do PCP na RTP apressa-se a repudiar a autoria do documento e Veloso é suspenso, depois de um agitado plenário de trabalhadores. O episódio transcende as portas da empresa, transformando-se em mais uma peça da luta entre o PS, PCP e organizações de extrema-esquerda que entram então, decisivamente, no campo da comunicação social.

Deparando-se com crescentes dificuldades de gestão, Galhardo pede a demissão a 8 de setembro. Apesar das mudanças

mais amplas em curso, na sequência do afastamento de Vasco Gonçalves e da Assembleia de Tancos, na sua nota de demissão Galhardo exorta os trabalhadores a continuarem o saneamento e a luta pelo “avanço do processo revolucionário”. O clima era favorável a todas as radicalizações tornando a missão do novo presidente, Pedroso Marques, complexa. A ocupação da RTP, por 48h, em finais de setembro, é insuficiente para controlar a situação. A imagem de Duran Clemente¹⁴ no pequeno ecrã é um dos símbolos do 25 de Novembro, data em que uma vez mais, a RTP está no centro dos acontecimentos.

A IMPRENSA NA CONVULSÃO REVOLUCIONÁRIA

O slogan “O *República* é do povo, não é de Moscovo”, entoado pelos manifestantes que, a 19 de maio de 1975, se concentravam junto às instalações do jornal, onde o diretor (Raul Rego) e vários jornalistas se encontravam “sequestrados”, é um dos mais conhecidos do processo revolucionário português.

14 Manuel António Duran dos Santos Clemente, capitão de Abril, membro da 5ª divisão do Estado Maior General das Forças Armadas, sendo responsável pelo Centro de Esclarecimento e Informação das Forças Armadas (sectores de rádio, televisão e Boletim do MFA). Próximo do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, foi secretário-geral e porta-voz da Assembleia do MFA (março-setembro de 1975). Nesta altura, foi transferido para a Escola Prática de Administração Militar, ocupando o posto de 2º Comandante, e foi nesta posição que, a 25 de Novembro de 1975, liderou a ocupação da RTP e apelou, em direto, à mobilização popular junto dos quartéis e das estações de rádio e televisão.

Assumindo um rápido e inusitado mediatismo nacional e internacional, o "Caso República" eclode no momento em que, legitimados pelas eleições para a Assembleia Constituinte, vários partidos políticos saem à rua contestando o poder militar. Um conflito laboral? Uma luta por uma comunicação social livre? Uma luta ideológica? Um problema laboral que adquire contornos políticos? Apesar das dúvidas que possam subsistir, uma ideia é consensual: esta é uma questão que depressa transcende o seu âmbito restrito e se transforma num profundo e multifacetado confronto.

Os acontecimentos que desencadeiam a crise são amplamente conhecidos (cf. MESQUITA, 1994; FIGUEIRA, 2007; REBELO, 2018): depois de uma longa contenda quanto à orientação e linha editorial, a Comissão Coordenadora de Trabalho do *República* afasta o diretor, acusando-o de ter transformado o jornal no órgão oficioso do Partido Socialista (PS). Depois de décadas de precária sobrevivência sob a pressão censória, Rego desabafa: "Nem no tempo de Salazar..." (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 26/5/75).

A decisão começa por dividir o *República* uma vez que a maioria dos jornalistas apoia a direção e contesta a decisão da comissão de trabalhadores. Mas se, aparentemente, tudo indicava tratar-se de um conflito laboral, a situação altera-se quando, no próprio dia 19, o PS emite um comunicado

clarificando que o que está em jogo é a liberdade de expressão e mobilizando uma manifestação em favor da redação do jornal. Os socialistas saem à rua em defesa do *República*, da liberdade de informação e, sobretudo, em posição de ataque ao Partido Comunista Português (PCP) que acusam de ter promovido os incidentes.

O "Caso República" é um dos mais mediáticos da revolução portuguesa, com consequências em diversas frentes.¹⁵ Mas não é o único. O slogan entoado a 19 de maio é, aliás, adotado pelos manifestantes que, a 5 de novembro, se concentram junto às instalações de *O Século*: "*O Século* é do povo não é de Moscovo".

Dias antes, o sindicato dos jornalistas emitira um comunicado em que, sob o título "Por um jornalismo ao serviço do povo", denunciava os problemas vividos na Sociedade Nacional de Tipografia (SNT), empresa proprietária de *O Século*. Enquanto isso, os trabalhadores reivindicam o controlo do jornal argumentando que, desta forma, ele ficaria "aberto a todas as correntes antifascistas e patrióticas que não caluniem o Povo" (*JORNAL NOVO*, 29/10/75). Esta exigência não constitui novidade dado que há muito reclamavam

15 É incontornável referir, a este respeito, a demissão dos ministros socialistas do IV Governo Provisório (10-07-1975), mas também a internacionalização da revolução portuguesa.

o “saneamento democrático e imediato” da empresa (O *PRIMEIRO DE JANEIRO*, 14/5/74).

Iniciado poucos dias depois do fim da ditadura, o confronto culmina com o afastamento do diretor (Manuel Figueira), decidido em plenário (fevereiro de 1975), e na ocupação (outubro de 1975). No entanto, a greve de *O Século* (10 a 14 de maio de 1974) é substancialmente mais breve que a desencadeada pelos trabalhadores do *Jornal do Comércio* a 22 de agosto de 1974, como medida de pressão para o afastamento do diretor (Carlos Machado). A greve arrasta-se durante vários meses, provocando reações de solidariedade de vários órgãos de imprensa. As redações agitam-se.

Cumprasse assinalar que a exigência de saneamentos não é exclusiva do *Jornal do Comércio* e *O Século*. A 2 de maio de 1974, o diretor do vespertino *A Capital* (Henrique Martins de Carvalho) é substituído pelo então chefe de redação Rodolfo Iriarte. No dia seguinte, o *Diário de Lisboa* anuncia uma ampla reestruturação que passa pela entrega da gestão jornalística à sua redação, agora independente da administração da empresa. No *Diário de Notícias*, o de maior circulação à época, os trabalhadores mobilizam-se e afastam o diretor, administradores e outros quadros acusados de conivência e colaboracionismo com a ditadura. No verão de 1975, o conflito na empresa reacende-se com grande virulência (*caso dos*

24) transformando-se num dos cenários da luta mais ampla entre socialistas e comunistas (cf. GOMES, 2014). Estes são apenas alguns exemplos de como os *media* não escapam às purgas políticas que percorreram todos os sectores de atividade durante a revolução, neles atingindo níveis inéditos dada a ampla capacidade de mobilização de jornalistas e tipógrafos. De facto, depois do inevitável encerramento de títulos conotados com o regime deposto (como o *Época* ou o *Novidades*) e das agências Lusitânia e ANI (Agência Noticiosa de Informação), assiste-se a uma vaga de contestação que conduz ao afastamento de administradores, diretores, chefes de redação, e outros quadros dirigentes de títulos como *A Capital*, *Diário Popular*, *Diário de Lisboa*, *Comércio do Porto*, *Vida Mundial*, *Diário de Notícias*.

A mobilização e o poder das comissões de trabalhadores torna-se evidente depois do 28 de Setembro e do afastamento de Spínola da Presidência da República, assistindo-se ao progressivo controlo pelos trabalhadores da informação na maior parte dos jornais, sobretudo dos diários.

Disputados pelas diferentes forças políticas e militares, os jornais tornam-se atores políticos (FIGUEIRA, 2007), assemelhando-se “a um puzzle de mensagens contraditórias, misturadas ao sabor da força das células partidárias e dos grupos de pressão”. Como observa Mesquita (1988, p. 363),

“a capacidade de análise e seleção era diminuta”, confundindo-se “o essencial com o acessório”. A informação “era servida em bruto, mal digerida, tal como saía dos palácios governamentais, das sedes partidárias ou dos quartéis mais influenciados pelas doutrinas partidárias”.

A estatização dos jornais que pertenciam aos grupos económicos abrangidos pelas nacionalizações de março de 1975 reforça esta tendência. O número de publicações que se conserva no sector privado é reduzido – *República*, *Primeiro de Janeiro*, *Expresso*, ... – ainda que revigorado com o aparecimento de títulos como o *Jornal Novo* (abril), *A Luta* (agosto), *O Tempo* (maio) e *O Jornal* (maio) (GOMES, 2018). No verão-outono de 1975, esses jornais protagonizaram uma luta para quebrar a informação estatizada e monolítica, num contexto de recrudescimento da confrontação político-ideológica. Segundo o Conselho de Imprensa (1979, p. 41-42), foi neste período que “se acentuou a influência e a manipulação partidária na imprensa, designadamente por elementos afetos ao PCP e a organizações de extrema-esquerda”, sobretudo através das organizações de trabalhadores.

UM BALANÇO

O percurso através de diferentes episódios e realidades que fazem a história dos *media* em Portugal durante 1974-75,

permite-nos concluir que esses foram anos de profunda transformação que afetou, não apenas a estrutura empresarial, mas também as práticas jornalísticas e as relações laborais.

Paralelamente, cumpre destacar a multifacetada estratégia de controlo dos *media* que, protagonizada por diferentes forças civis e militares, é indissociável da luta política pela definição de um novo regime. Em causa, distintas propostas quanto ao futuro do país, mas também relativamente ao papel, lugar e relações dos *media* com o poder político. A crise do estado, os novos centros de poder militar, a crescente força dos movimentos e partidos políticos, assim como a indefinição quanto ao rumo a seguir e a consciência do poder dos *media* são alguns dos fatores que contribuem para que estes se transformem num alvo apetecível e disputado.

Campo de experimentação particularmente influente, os meios de comunicação não foram meros canais de transmissão das mensagens que a nova classe política pretendia que eles transmitissem. Foram ativos participantes na criação de mensagens políticas, na dinamização de iniciativas revolucionárias e na mobilização da opinião pública. Os *media* e os seus profissionais assumem-se como parte ativa da revolução deixando patente que a relação entre política e *media* é uma relação de poder que encerra várias dimensões.

O campo jornalístico caracterizou-se pela incerteza e pelas dificuldades em definir novas normas e rotinas profissionais num clima de diálogo. Os saneamentos – sejam os conduzidos por estruturas formais, sejam os “espontaneamente” liderados por trabalhadores – são apenas uma faceta da mudança encetada, quase sempre sob o signo da confrontação.

REFERÊNCIAS

AH-RTP – Comissão Administrativa da RTP/SARL, Ordem de Serviço 4/74, de 2 de Maio de 1974.

CUNHAL, A. *A Verdade e a mentira na Revolução de Abril: a contra-revolução confessa-se*. Lisboa: Avante, 1999.

CÁDIMA, F. R. *Salazar, Caetano e a televisão portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

CÁDIMA, F. R. Os Media na Revolução (1974-1976). In: BRITO, J. M. B. (Coord), *O País em Revolução* (p. 321-358). Lisboa : Editorial Notícias , 2001.

CONSELHO DE IMPRENSA . *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a julho de 1975)*. Lisboa: Conselho de Imprensa, 1979.

FERREIRA, J. M. Portugal em Transe. In: J. MATTOSO, J. (dir.), *História de Portugal* (vol. VIII, p. 1-283). Lisboa: Ed. Estampa, 1993.

FIGUEIRA, J. *Os jornais como actores políticos*. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975. Coimbra: Minerva Coimbra, 2007.

FIGUEIRA, J. Caso República. A morte de um jornal cansado de lutar. In: REZOLA, M.I. & P. M. GOMES (Coord.), *Os media na revolução* (p. 53-78). Lisboa: Tinta da China, 2014.

GOMES, P.M. *Os saneamentos políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014.

GOMES, P. M. *Jornais, jornalistas e poder: a imprensa que nasce na revolução e as lutas políticas de 1975*. 2018. (Tese de Doutoramento não publicada). FCSH-UNL, Portugal.

MESQUITA, M. & Rebelo, J. (Org.). *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto: Afrontamento, 1994.

MESQUITA, M. Estratégias liberais e dirigistas na Comunicação Social de 1974-1975. Da Comissão Ad Hoc à Lei de Imprensa. *Jornalismos, Revista de Comunicação e Linguagens*, 8, 1988, p. 85-113.

MESQUITA, M. O Caso República. Um incidente crítico. *Revista de História das Ideias*, 16, 1994, p. 507-554.

MESQUITA, M. Os meios de comunicação social. In: REIS, A. (dir.), *Portugal 20 anos de democracia* (p. 361-405). Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

PINTO, A.C. Enfrentando o legado autoritário na transição para a democracia (1974-1976). In: BRITO, J. M. Brandão de (ed.), *O país em revolução* (p. 359-384). Lisboa: Ed. Notícias, 2001.

REBELO, J. República, caso do jornal. In: Dicionário de história de Portugal – o 25 de Abril. (vol. 8, p. 169-173). Porto: Figueirinhas, 2018.

REIS, M. S. *A programação televisiva revolucionária – RTP 1974-1975*. 2008. (Tese de Mestrado não publicada). FCSH-UNL, Portugal.

REZOLA, M.I. *25 de Abril: mitos de uma revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.

REZOLA, M.I. A RTP no PREC (1974-1975). In: REZOLA, M.I. & P. M. Gomes. (Coord.), *Os media na revolução* (p. 17-51). Lisboa: Tinta da China, 2014.

REZOLA, M. I. Emissora Nacional (1974-1975): uma estação do povo, ao serviço do povo. *Revista Portuguesa de História da Comunicação*, 0, 121-138, 2017. Disponível em: <http://revistahc.sopcom.pt/ficheiros/20170909-mir.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2020.

RIBEIRO, N. *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: UCP, 2002.

ROUDAKOVA, N. Comparing Processes: Media, ‘Transitions’, and Historical Change. In: HALLIN, D. C. *et al.* (ed), *Comparing Media Systems Beyond the Western World* (p. 246-277). Cambridge: Cambridge U. Press, 2012.

SANTOS, R. *A Emissora Nacional e as mudanças políticas (1968-1975)*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2017.

Periódicos consultados:

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, edição de 26 de maio de 1975.

JORNAL NOVO, edição de 29 de outubro de 1975. /10/75.

O PRIMEIRO DE JANEIRO, edição de 14 de maio de 1974.